

---

**Programa de Pós-Graduação em Educação**  
**Universidade do Estado do Pará**  
**Belém-Pará- Brasil**



---

Revista Cocar. Edição Especial N.19/2023 p.1-21 ISSN: 2237-0315  
Dossiê Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado: práticas, formação  
e perspectivas

---

**Educação inclusiva e atendimento educacional especializado: práticas, formação e  
perspectivas**

*Inclusive education and specialized educational services: practices, training and perspectives*

Carline Santos Borges  
**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)**  
Nova Iguaçu-Brasil  
Cleusa Inês Ziesmann  
**Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**  
Cerro Largo – Brasil  
David Rodrigues  
**Conselho Nacional de Educação**  
Lisboa - Portugal

A inclusão em todos os espaços vem para garantir os direitos sociais e promover a autonomia e a independência das pessoas com deficiência em todas as fases da vida. Nessa direção, a educação inclusiva como direito humano multiplicador de direitos vem ganhando força e tem se tornado alvo de grandes reflexões, debates e discussões no meio acadêmico. Em consonância a isso, Ziesmann; Guilherme (2020, p. 100) enfatizam que “para que a inclusão aconteça efetivamente em todos os setores da sociedade, [...] é necessário que haja, urgentemente, uma mudança de paradigmas de uma educação padronizada na compreensão e aceitação do outro, sobre as suas especificidades e diferenças.

Tanto as Leis brasileiras nº 9394/96 e nº 13146/2015 quanto a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, estabelecida em 2008, têm o propósito de garantir uma educação inclusiva e equitativa para todos os alunos (BRASIL, 1996, 2008, 2015). Elas reconhecem a diversidade das necessidades educacionais e a importância de atender a uma ampla gama de características individuais. Nesse sentido,

ambas as legislações ampliaram o escopo da Educação Especial, ao considerar não somente os estudantes com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento, mas também aqueles que apresentam altas habilidades ou superdotação. A inclusão desse último grupo ressalta a importância de atender às necessidades educacionais de alunos excepcionalmente talentosos e criativos, oferecendo-lhes oportunidades de desenvolvimento pleno.

Ao reconhecer e incluir os estudantes com deficiência, altas habilidades ou superdotação na Educação Especial, as leis visam proporcionar um ambiente educacional que estimule o potencial desses indivíduos, promovendo desafios intelectuais adequados ao seu nível de aptidão. Isso não apenas contribui para o desenvolvimento pessoal e acadêmico desses alunos, mas também enriquece a diversidade e a qualidade do aprendizado dentro das escolas inclusivas.

Nessa direção de garantir e promover a inclusão escolar, as escolas comuns contam o serviço atendimento educacional especializado que segundo a Lei Brasileira de Inclusão nº 13146/2015 (BRASIL, 2015) visa: “[...] a atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia”. Compreendemos o referido serviço como ação pedagógica (BAPTISTA, 2011; BORGES, 2020) que envolve diferentes frentes de trabalho, como por exemplo, o contraturno nas salas de recursos multifuncionais e sua articulação com a sala de aula comum, orientações às famílias, a elaboração e produção de recursos acessíveis ao currículo, o uso de tecnologia assistiva, trabalho em rede de colaboração que envolve os profissionais da educação, momentos de planejamento entre professores regentes e de educação especial, trabalho pedagógico em sala de aula comum, trabalho pedagógico nos demais espaços da escola e dentre outras ações educativas.

Para tanto, o tema sugerido por esse dossiê *Educação inclusiva e atendimento educacional especializado: práticas, formação e perspectivas*, traz trabalhos que venham apresentar reflexões e práticas pedagógicas no âmbito do atendimento educacional especializado na escola comum e contribuir para a inclusão escolar na perspectiva da educação inclusiva e para a formação docente, nos níveis da Educação Básica e Ensino Superior.

Têm-se como objetivos divulgar estudos que se ocuparam em discutir o atendimento educacional especializado como ação pedagógica e os processos de desenvolvimento profissional docente; fomentar as discussões a respeito da Educação Inclusiva; visibilizar a educação como direito de todas as crianças e estudantes; e evidenciar práticas pedagógicas favorecedoras do processo de inclusão escolar e diferentes modos de formação docente.

Para fins de apresentação dos artigos do dossiê organizamos o mesmo em três eixos: Educação inclusiva e atendimento educacional especializado: concepções e perspectivas; práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar; e discussões e práticas formativas de docentes na perspectiva da educação inclusiva.

**O primeiro eixo, ‘Educação inclusiva e Atendimento Educacional Especializado: concepções e perspectivas’,** reúne os artigos que tratam sobre as múltiplas concepções e perspectivas de atendimento educacional especializado em diferentes espaços locais e diferentes abordagens teóricas que auxiliam na discussão sobre o referido serviço.

**O segundo eixo, ‘Práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar’,** abarca os artigos que apresentam práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula comum ou no âmbito do atendimento educacional especializado. **Já o terceiro eixo, ‘Discussões e Práticas formativas de docentes na perspectiva da educação inclusiva’,** reúne os estudos que se dedicaram a discutir sobre a formação docente e no aprimoramento de sua carreira profissional nesse contexto.

#### **Eixo - Educação inclusiva e atendimento educacional especializado: concepções e perspectivas**

Abrindo o eixo ‘Educação inclusiva e atendimento educacional especializado: concepções e perspectivas’, apresentamos o artigo escrito por Francislanny Pereira de Jesus, Tanara Terezinha Fogaça Zatti, Yasmin Ramos Pires e Geovana Mendonça Lunardi Mendes, intitulado ‘O Atendimento Educacional Especializado nas produções científicas da Revista Brasileira de Educação Especial: interpretações e traduções de uma política’. O texto evidencia o panorama do conhecimento produzido sobre o Atendimento Educacional Especializado, tendo como fonte de investigação a produção científica da Revista Brasileira de Educação Especial. As autoras verificaram que os estudos apostam na proposição do ensino colaborativo como uma perspectiva que possibilita o processo inclusivo, tensionando

o atendimento educacional especializado com a função de articulação e de interlocução, mas não como espaço separado do contexto da sala de aula.

Já o artigo ‘Narrativas de professores que trabalham com Educação Especial’, de autoria de Sirlane Freitas Lacerda e Sônia Maria Alves de Oliveira Reis objetivou identificar por meio das narrativas dos professores se eles conhecem o Projeto Político Pedagógico da instituição em que eles trabalham, como a Educação Especial é proposta nele. Constataram que os professores manifestam preocupação com a ausência do debate sobre o Projeto Político-Pedagógico.

Os autores Gustavo Libério de Paulo, Thaís Viviane Pereira e Deyse Almeida dos Reis abordaram no texto ‘Educação Ambiental e Educação Inclusiva: alinhando e aliando estratégias’, a necessidade de desenvolvimento de (novas) práticas didático-pedagógicas a partir de adaptações teórico-metodológicas e técnico-empíricas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem-avaliação de qualidade para todos os estudantes na perspectiva da Educação Inclusiva.

Seguindo as discussões, Giovana Massacani, Deivid Alex dos Santos e Natália Moraes Góes apresentam o artigo ‘Percepções de professores de apoio sobre o ensino das estratégias de aprendizagem metacognitivas’ que analisou os relatos de professores de apoio de três escolas públicas do estado do Paraná sobre o ensino de estratégias de aprendizagem metacognitivas para estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

O artigo ‘Para além do acesso: avanços e desafios legais na garantia do direito à educação e da inclusão escolar de estudantes surdos’, de autoria de Rafaela Dumas Reis Dias e Jonis Manhães Sales Felipe apresenta um panorama dos pressupostos legais e teóricos da educação especial até a perspectiva inclusiva desenvolvida atualmente no sistema brasileiro, com destaque para a educação de surdos. Já o estudo ‘Transtorno do espectro autista: relato de caso feminino’ de autoria de Ricardo Santos David evidenciou a baixa quantidade de relatos brasileiros de meninas com transtorno do espectro autista e suas particularidades no neurodesenvolvimento e o relato de caso de uma paciente com transtorno do espectro autista do sexo feminino.

‘Inclusão Escolar e o Segundo Professor em Santa Catarina: uma análise das políticas educacionais’ de autoria de Éllen da Silva Rufino dos Reis e Flávia Wagner buscou discutir o seguinte questionamento: enquadra em qual é o perfil do segundo professor que atua na

rede estadual de Santa Catarina? O estudo deu embasamento para mostrar os aspectos que identificam o perfil do segundo professor, quanto à sua formação, atribuições e restrições.

As pesquisadoras, Eliana Nunes Maciel Bastos e Sandra Terezinha Urbanetz, apresentam no texto, ‘Reflexões acerca dos desafios e possibilidades do Atendimento Educacional Especializado no âmbito do Instituto Federal do Paraná’, uma contextualização histórica da legislação de luta pela educação especial, explicitando o processo de conquista da contratação via concurso público de docentes para esse atendimento, e a partir de relatos de familiares, apresentam o trabalho desenvolvido bem como a necessidade de ampliação da carga horária enquanto condição para a efetivação do preceito de inclusão defendido dentro da Instituição.

O texto ‘Altas habilidades/superdotação: algumas reflexões sobre a evolução desse conceito e os mitos e as crenças que o acompanham’, de Shara da Silva Barbosa e Solange Franci Raimundo Yaegashi teve como proposta compreender o conceito de altas habilidades/superdotação presente na literatura em âmbito nacional e internacional e os mitos e as crenças que surgiram ao longo da história vinculados a ele.

Já no manuscrito ‘Concepções e práticas de Atendimento Educacional Especializado para estudantes surdos usuários de implante coclear’, de autoria de Ana Paula de Araújo Barca e Sônia Regina dos Santos Teixeira, apresenta um estudo que teve por objetivo discutir concepções e práticas do atendimento educacional especializado para estudantes surdos usuários de implante coclear, a partir da análise do trabalho pedagógico desenvolvido com um estudante surdo com implante coclear de uma escola pública de Belém-Pará.

Denise Meyrelles de Jesus, Alexandro Braga Vieira e Barbara Santana dos Santos de Santana, analisaram a oferta do atendimento educacional especializado em três municípios da região centro-serrana do Estado do Espírito Santo, com discussões da Educação Especial e da pesquisa qualitativa, tomando o grupo-focal como ferramenta de investigação no texto ‘O Atendimento Educacional Especializado na região Centro-Serrana do estado do Espírito Santo’.

Prosseguindo a discussão, o texto ‘A questão da Inclusão Educacional nas principais Leis e Resoluções nacionais que orientam a área da Educação Física’, apresentado pelas

autoras Camila Rubira Silva e Débora Pereira Laurino, buscou problematizar a questão da Inclusão Educacional na área da Educação Física direcionando o olhar para Constituição de 1998, Lei nº 9394/96, e as resoluções que orientam os cursos de EF – CNE/CP 03/1987; CNE/CES 07/2004 e CNE/CES 06/2018.

O texto ‘Professor de educação especial: papéis atribuídos e desempenhados frente ao processo de inclusão escolar em uma cidade paraense’, de Juliane Dayrle Vasconcelos da Costa e Carla Ariela Rios Vilaronga, teve como propósito identificar os papéis dos professores de Educação Especial em um município do estado do Pará. O estudo se caracterizou como pesquisa com abordagem qualitativa, tipo descritivo e se consolidou como estudo de caso, com a participação de uma coordenadora de educação especial e três professoras de educação especial de uma cidade de médio porte paraense.

Os autores João Otacílio Libardoni dos Santos, Marileide Gonçalves França e Mírian Rosa Pereira em seu ensaio apresentam uma ‘Análise das matrículas da educação especial e dos valores anuais do Fundeb do estado do Amazonas’, que objetivou discorrer sobre os números das matrículas e os valores estimados para educação especial no estado do Amazonas no período de 2007 a 2021. A pesquisa é descritiva com análise documental dos dados do censo escolar e portarias interministeriais que tratam do valor aluno-ano.

Clarissa Haas, em seu ensaio ‘Atendimento educacional especializado: concepções políticas em disputa e indicadores educacionais de acesso na esteira dos desafios à inclusão escolar’, investigou as concepções e indicadores de acesso nas regiões do país, a fim de analisar os direcionamentos políticos de 2017 a 2021, abordando o atendimento educacional especializado e sua centralidade na Política Nacional de Educação Especial como uma ação docente de suporte pedagógico especializado à escolarização no ensino comum.

Dando continuidade, Cristina Angélica Aquino de C. Mascaro e Suzanli Estef, apresentaram uma experiência ancorada no tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão com objetivo de estruturar uma formação continuada para docentes atuarem no âmbito do atendimento educacional especializado, apresentando um projeto de pesquisa voltado para o ensino de habilidades de leitura, escrita e letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual por meio do plano educacional individualizado no artigo nomeado como “Atendimento Educacional Especializado remoto para o letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual: uma proposta formativa”.

Fabrício Santos Dias de Abreu e Patrícia Lima Martins Pederiva, em seu ensaio, apresentaram as discussões contemporâneas sobre deficiência e inclusão como sendo impossível não perceber nelas relações profundas com os escritos de L. S. Vigotski (1896-1934). O texto ‘L. S. Vigotski e a educação inclusiva: a deficiência enquanto um problema social’, teve como objetivo demonstrar que o autor antecipa um olhar para as diferenças muito mais humanizado, ético e com contornos de inclusão e equidade que é percebido apenas no discurso científico do final do século XX.

O artigo ‘Do centro às margens: por um Atendimento Educacional Especializado inclusivo’, apresentado por Gustavo Martins Piccolo, foi arquitetado a partir de um processo de revisão literária integrativa, tendo por base os documentos marcos legais na definição de Educação Inclusiva e atendimento educacional especializado no Brasil, os quais foram interseccionados, dialogicamente, por produções textuais de autores representativos no campo da Educação Especial nacional.

‘Avaliação do rendimento escolar dos alunos com deficiência intelectual no contexto escolar da rede municipal de Lavras – Minas Gerais’, de Ana Carolina Samia Faria e Regilson Maciel Borges teve como objetivo analisar o processo de avaliação dos alunos com deficiência que estão inseridos na Educação Básica no Ensino Fundamental I das escolas municipais de Lavras, Minas Gerais.

Seguindo nas discussões, o texto ‘Atendimento Educacional Especializado para surdos: formação e atuação de profissionais’, teve como objetivo identificar em artigos publicados no Portal de Periódicos Capes/MEC (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Ministério da Educação) como vêm sendo ofertado o Atendimento Educacional Especializado para surdos no Brasil, a partir do ano 2005, ano de publicação do Decreto nº 5.626., a partir de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritivo, tratando-se de uma pesquisa bibliográfica, apresentado por Thaís Magalhães Abreu e Lara Ferreira dos Santos.

As autoras, Cátia de Lemos e Maria Almerinda de Souza Matos apresentaram ‘O atendimento educacional especializado como ferramenta de autonomia e independência da pessoa com deficiência visual’ que objetivou discutir como o atendimento educacional especializado pode se tornar uma ferramenta de autonomia e independência para a pessoa

cega ou com baixa visão. As autoras, relataram ainda, os resultados e a evolução de 03 estudantes do Programa de Intervenção Pedagógica para estudantes com Deficiência Visual – PIPEDV.

E para finalizar esse eixo, o artigo ‘O Atendimento Educacional Especializado para alunos com Altas Habilidades e Superdotação: uma análise da função social da escola’, trata de uma pesquisa sobre a função social da escola para o desenvolvimento de alunos com altas habilidades e superdotação, que objetivou compreender como se dão as intervenções pedagógicas para as especificidades no atendimento educacional especializado. Para o desenvolvimento do estudo, as autoras Vanessa Freitag de Araújo e Gabriely Silveira Nogueira utilizaram teóricos da abordagem Histórico-Cultural.

### **Eixo - Práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar**

Dando seguimento na apresentação dos artigos, iniciamos o eixo ‘Práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar’. As autoras Patrícia Santos Conde, Amanda Costa Camizão e Sonia Lopes Victor abordaram no artigo ‘Atendimento Educacional Especializado e o trabalho docente: as definições para uma prática inclusiva’ sobre a organização do trabalho do professor de educação especial dos municípios de Cariacica, Vila Velha, Vitória e Serra, a fim de saber se eles avançam em relação à proposta nacional quanto ao caráter pedagógico da função desse professor.

Helma Salla e Geraldo Eustáquio Moreira no texto ‘O atendimento pedagógico domiciliar e a organização do trabalho pedagógico’ se dedicaram em discutir sobre ações promotoras de exclusão, de segregação, de integração ou de inclusão na organização do trabalho pedagógico com estudantes em situação de Atendimento Pedagógico Domiciliar no Distrito Federal.

Seguindo nas discussões sobre as práticas pedagógicas inclusivas, Adriana Leite Limaverde Gomes, Amadeu Fernandes Sobrinho e Rita Vieira de Figueiredo discutiram no artigo ‘O uso do software luz do saber infantil no AEE: a mobilização das estratégias cognitivas de alunos com deficiência intelectual’ acerca das estratégias cognitivas de alunos com deficiência intelectual durante as atividades de leitura no software educativo Luz do Saber. Analisaram a mediação de professores do atendimento educacional especializado durante essas atividades, utilizando dados de uma pesquisa precedente.

Por seu turno, Arlen Maia de Melo, Rosalva do Rosário Maia e Ciane Silva Neves no artigo ‘Dificuldades de aprendizagem de uma aluna com síndrome de down: Estudo de Caso do 5º ano, no município de Capanema-PA’ abordaram o processo de inclusão de uma estudante com Síndrome de Down no âmbito de uma escola pública do município de Capanema-PA. O texto objetivou analisar a prática docente e seu planejamento, no que tange a elaboração de conteúdos utilizados em sala de aula, bem como, as dificuldades encontradas na realidade educacional da referida estudante.

Já o artigo ‘Desenvolvimento de uma proposta didático-pedagógica de Educação Científica Inclusiva objetivando o protagonismo e autonomia de estudantes com impedimento visual’ de autoria de Roberto Irineu da Silva e Ruth Maria Mariani Braz objetivou o desenvolvimento de uma proposta que consignasse o educando cego como um coprotagonizador de produção de recursos didáticos mediadores do processo ensino-aprendizagem, durante o atendimento no atendimento educacional especializado, culminando em suas inserções num programa de Iniciação Científica.

Contribuindo com o debate, o texto ‘Atividade laboratorial no ensino de Biologia para pessoas com deficiência visual: possibilidades e adaptações’, de autoria de Pâmela Cardoso Nascimento e Natanael Charles da Silva objetivou proporcionar acessibilidade para pessoas com deficiência visual em espaços laboratórios de Biologia, utilizando recursos de tecnologia assistiva na execução de atividades práticas e, com isso, discutir sobre as possibilidades de adaptação e realização de aulas inclusivas nesses ambientes.

As autoras, Lucia Virginia Mamcasz-Viginheski, Eliziane de Fátima Alvaristo e Elsa Midori Shimazaki, nos apresentam o artigo ‘A Matemática e a Orientação e Mobilidade: aproximação dos conceitos na locomoção das pessoas cegas’ que buscou discutir o ensino de conceitos matemáticos necessários para práticas de orientação e mobilidade da pessoa cega, fundamentado na teoria de Galperin.

Elivaldo Serrão Custódio em seu texto ‘Avaliação educacional: um olhar sobre as pessoas com deficiência visual no âmbito escolar’ objetivou refletir sobre os principais fatores que interferem na avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência visual, inseridos em sala de aula de ensino regular. A pesquisa foi realizada numa escola pública

estadual localizada no município de Santana-AP, com seis alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

O artigo ‘Perspectivas para o Atendimento Educacional Especializado sob a égide das Tecnologias Assistivas: contribuições emergentes do PIBITI’ de autoria de Mônica Andrade Modesto e Isabela Rosália Lima de Araújo apresentou possibilidades para a promoção de atendimento educacional especializado transversalizado por intermédio de tecnologias assistivas desenvolvidas durante a execução de um projeto tecnológico. Apontaram as tecnologias assistivas como potencializadoras para o desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado a fim de alcançar a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Já o artigo ‘Transtorno do neurodesenvolvimento e o ensino da Matemática: aspectos acerca do uso das tecnologias digitais para uma educação inclusiva’, de autoria de João Coelho Neto, Thainara Medeiros de Almeida e Adriana Gomes Alves evidenciou que o uso das tecnologias digitais vem auxiliar o contexto escolar nos mais diversos níveis de ensino, tanto para o ensino regular, quanto para o da educação especial, podendo favorecer uma educação inclusiva, principalmente no âmbito do atendimento educacional especializado e que poucos trabalhos que abordam a temática do uso das tecnologias para o ensino de matemática para alunos com transtorno do neurodesenvolvimento, gerando 0,48% dos dados mapeados.

O texto ‘Estudo de revisão sobre educação inclusiva para crianças com TEA na perspectiva histórico-cultural’ de autoria de Paloma Aparecida Oliveira Ratuchne e Ana Aparecida de Oliveira Machado Barby objetivou investigar o que postulam os artigos brasileiros sobre o processo de ensino de crianças com transtorno do espectro autista a partir da perspectiva histórico-cultural, entre os anos de 2010 e 2021, realizados no âmbito educacional. Evidenciou que as principais práticas abordadas foram: a interação social e dialógica com os pares ou adultos; o brincar, a imaginação e os jogos simbólicos; o trabalho compartilhado e colaborativo; as práticas de aceitação e respeito às diferenças; a linguagem oral e escrita, as expressões, a autonomia e a alteridade para estudantes no transtorno do espectro autista.

Adensam o debate os artigos que versam sobre a inclusão escolar de estudantes surdos. Thaianny Cristine Dias Gaia, Waldma Maíra Meneses de Oliveira e Reinaldo Matias

Fleuri no artigo ‘A inclusão escolar de indígenas surdos: o que as pesquisas dizem?’ visam responder a seguinte problemática: como a inclusão escolar de indígenas surdos está presente nas teses e dissertações vinculadas ao banco de dados da CAPES, no contexto brasileiro no período de 2008 a 2019? Os dados apontaram que a surdez/cultura indígena foi e ainda é excluída, desrespeitada, negada e silenciada em diversos aspectos.

‘O ensino da Matemática para surdos no espaço do Atendimento Educacional Especializado’ de autoria de Thaís Philipsen Grützmänn, Tatiana Bolívar Lebedeff e Heniane Passos Aleixo visou compreender o espaço ocupado pelos conteúdos de Matemática no atendimento educacional especializado para estudantes surdos, a partir da análise da produção acadêmica na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), entre 2010 e 2022. Destacou que o campo precisa de mais pesquisas envolvendo o atendimento educacional especializado para surdos e a Matemática, além de evidenciar que o ensino da disciplina deve explorar a visualidade, fundamental para a aprendizagem do surdo.

Os autores Fernanda Natali Demichelli, Jaqueline Ângelo dos Santos Denardin e Thiago Bergler Bitencourt no artigo ‘Avaliação de Dicionários On-Line Bilíngues: Considerações Sobre a Variação Linguística da Libras’ objetivaram compreender a organização de três dicionários bilíngues de Letras Libras disponíveis na internet, por meio de roteiro de análise. O trabalho visou contribuir com os métodos de análise dos dicionários bilíngues além de avaliar sobre a importância da variação regional de dicionários digitais em Libras, considerando a variação linguística regional.

‘O ensino da Língua Portuguesa e da Matemática para o alunado surdo: desafios e perspectivas para o Atendimento Educacional Especializado’, teve como objetivo investigar as práticas de ensino desenvolvidas pelos professores do atendimento educacional especializado para aluno surdo relacionadas a leitura, a tradução e a interpretação de textos matemáticos nos anos finais do ensino fundamental, 8º e 9º anos, da rede estadual de ensino do município de Rio Verde/Goias. A metodologia seguida foi a pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, que foi elaborada a partir das experiências de Adriano Aparecido da Silva, Calixto Júnior de Souza e Flomar Ambrosina Oliveira Chagas.

O artigo ‘Aquisição tardia da Libras e teoria histórico-cultural: a educação e a inclusão de surdos’, de Lindomar Lindolfo Steffen e de Jane Peruzo Iacono, por meio de um estudo

bibliográfico e com abordagem qualitativa, têm como objetivo compreender, à luz da teoria histórico-cultural, os fatores que levam à aquisição tardia da libras e as consequências para a vida do surdo, relativas à sua educação e inclusão social.

As autoras Rosana Prado e Valdelúcia Alves da Costa apresentam o Programa de Bilinguismo para alunos surdos implementado nas escolas municipais de Niterói, enfatizando as estruturas pedagógicas do atendimento educacional especializado, no texto ‘Inclusão, práticas pedagógicas e educação de alunos surdos: Atendimento Educacional Especializado no Programa de Bilinguismo do município de Niterói/RJ’, desenvolvido à luz da Teoria Crítica da Sociedade, que objetivou caracterizar a estruturação política, a organização da educação de alunos surdos e as estratégias pedagógicas adotadas no atendimento educacional especializado como suporte à educação inclusiva.

O dossiê conta com artigos que tratam sobre articulação pedagógica, ensino não presencial e o atendimento educacional especializado em diferentes etapas da educação básica. Por exemplo, o texto ‘A articulação pedagógica no Atendimento Educacional Especializado: desafios e possibilidades’ de autoria de Maiandra Pavanello da Rosa e Fabiane Romano de Souza Bridi objetivou conhecer a organização das práticas pedagógicas em educação especial na Rede Estadual de Ensino de Santa Maria/RS. Para isso, foi necessário analisar a existência ou não de articulação e colaboração entre ensino comum e educação especial.

Já o texto ‘A Educação Especial sob a máscara do ensino não presencial’ de autoria de Alyne Cristine Domene Martins de Lima e Rosimeire Maria Orlando analisou produções acadêmicas que tratam do ensino não presencial para o público-alvo da Educação Especial, na educação básica brasileira, no ano de 2020. As pesquisas apontaram que as medidas adotadas não consideraram as especificidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial, bem como a ausência de formação e recursos digitais dos professores e das famílias dos estudantes.

As autoras Alyne Cristine Domene Martins de Lima e Rosimeire Maria Orlando também apresentaram o artigo ‘Implicações do ensino não presencial para a Educação Especial: relação escola e famílias segundo os direcionamentos internacionais e nacionais’. O estudo evidenciou que a busca de produções acadêmicas, nos anos de 2020 e 2021, realizada nas plataformas digitais SciELO e CAPES, indicaram que o planejamento pedagógico (ou a

ausência dele) não contemplou os estudantes com deficiência, transtorno do espectro do autismo e altas habilidades/superdotação, denominados no Brasil de público-alvo da Educação Especial.

O texto ‘O Atendimento Educacional Especializado: as políticas públicas e seus desdobramentos na Educação Infantil’ de autoria de Paula Cristina Ribeiro de Alvarenga, Ricardo Alexandre Marangoni e Keiti de Barros Munari buscaram identificar os desdobramentos das diretrizes políticas e pedagógicas designadas às crianças público-alvo da Educação Especial, na implementação da Educação Inclusiva e consolidação do atendimento educacional especializado.

Já as autoras Camila Marafigo dos Santos e Mércia Freire Rocha Cordeiro Machado no artigo ‘A prática pedagógica no atendimento ao aluno da Educação Especial: desafios e estratégias’ verificaram que os professores apresentam dificuldades em elaborar as diferenciações curriculares por falta de conhecimento quanto ao trabalho com pessoas com deficiência, já que formação inicial se mostra deficitária e a formação continuada não alia a teoria à prática. Evidenciou-se a importância de os cursos de ensino superior contemplarem a Educação Inclusiva como componente curricular.

Em ‘Passos de uma formação na diferença: trajetórias produzidas nos atravessamentos do contexto de uma Sala de Recursos Multifuncionais’ de autoria de Anelice Ribetto e Raquel Rosa Reis Monteiro reúne ressonâncias de um caminho investigativo de pesquisa que se ocupou em pensar a relação educativa produzida com estudantes adolescentes considerados pessoas com deficiência no espaço de uma sala de Recursos Multifuncionais numa escola básica no município de São Gonçalo. Com passos que fogem das lógicas institucionais definidas para este espaço, os autores trazem experiências que aconteceram durante as trajetórias de encontros ensaiando a própria prática na docência como processo de um caminhar entre travessias.

‘Inclusão e o Programa Residência Pedagógica: significações de licenciandas sobre a inclusão do público-alvo da educação especial’, a partir de uma pesquisa colaborativa com quatorze participantes do PRP, vinculadas ao curso de Licenciatura em Pedagogia, as autoras, Samara Cavalcanti da Silva e Neiza de Lourdes Frederico Fumes, tiveram como

objetivo apreender as significações acerca da inclusão apresentada pelas licenciandas participantes do Programa Residência Pedagógica, no âmbito da Pandemia (Covid-19).

George de Santana Mori, Natália Dadario e Thamara Cristina Mendes de Oliveira em seu texto ‘Transtorno do Espectro Autista (TEA): adequação de atividades de matemática do 2º ano do ensino fundamental I’, apresentaram uma possibilidade de preparação do ambiente escolar em um espaço focado na socialização e adequação do desenvolvimento intelectual de um aluno com o transtorno do espectro autista.

Ainda a fim de contribuir nesse eixo, ‘O ensino de matemática para uma estudante cega: em busca de uma prática educativa inclusiva’, de Fernanda Marcelo Souza e Jurema Lindote Botelho Peixoto, teve como objetivo de analisar uma experiência vivenciada com uma estudante cega, no ensino superior, na disciplina de Álgebra Linear e Geometria Analítica. Na pesquisa, as autoras apresentam uma experiência que sugeriu a utilização de metodologias inclusivas pelo professor, beneficiando tanto a estudante cega como os demais estudantes.

‘Inclusão de aluna com Síndrome de Aicardi Goutières nas aulas de Música: um estudo de caso’, teve como campo de análise uma Escola de Ensino Fundamental da Serra Gaúcha, onde verificou a importância de conhecer as características inerentes à deficiência, às limitações e às capacidades da aluna para realizar adaptações de acordo com as necessidades desta e a troca de informações com mediadores, visando a melhor didática de ensino/aprendizagem com o potencial de favorecer a aprendizagem e promover a inclusão, beneficiando tanto o estudante cego como os demais estudantes é de autoria de Rodrigo Renan Kich, Michele Barth e Jacinta Sidegum Renner.

Neste artigo, ‘Reverberações e deslocamentos entre (não) saber e escola inclusiva: tecendo dizeres dos professores para pensar o (não) querer saber e a inventividade’, derivado de tese de doutorado, a autora de Caroline Septimio, buscou fazer uma reflexão sobre os (não) saberes que os professores consideram necessários para ensinar estudantes com deficiência, com base em suas próprias narrativas.

Na sequência, o texto ‘Alfabetização matemática de crianças autistas: possibilidades e desafios presentes em pesquisas brasileiras’, apresenta os resultados de uma pesquisa de Victorya Ferreira e Cássia Edmara Coutinho Murback Maggioni, que procurou identificar e analisar em pesquisas brasileiras, possibilidades e desafios na efetivação de uma prática

pedagógica que viabilize a alfabetização matemática de alunos/as com o transtorno do espectro autista.

O estudo, ‘Educação inclusiva na Guiné-Bissau: uma realidade ou farsa?’, apresentado por Evanilson José Moreira Ialá e Carmolino Cá, teve como objetivo refletir sobre a situação das pessoas com necessidades especiais face à educação na Guiné-Bissau, com centralidade na educação formal/escolar. Servindo de base a pesquisa do Instituto Nacional de Estatística, procurou-se fazer uma reflexão sobre a educação inclusiva no país.

Para os pesquisadores, Antonia Diniz, Ricardo dos Santos Pereira e Valdirene Nascimento da Silva Oliveira, a exclusão de pessoas com deficiência é uma grave problemática social, a qual ainda está enraizada na sociedade brasileira. Dessa forma, o artigo ‘Inclusão no discurso e exclusão, na prática: vozes de educandos com deficiência na Universidade Federal do Acre entre 2016–2022’, teve como objetivo central investigar o processo de inclusão dos alunos com deficiência na Universidade Federal do Acre, por meio de uma pesquisa qualitativa.

No texto, ‘Se queremos práticas inclusivas poderemos continuar a conceptualizar a diferenciação pedagógica como medida?’, por Nelson Santos e Maria João Mogarro, apresenta a necessidade em refletir sobre o conceito de diferenciação pedagógica, nomeadamente sobre a forma como o mesmo está conceituado em Portugal, após a publicação do atual regime jurídico da educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho e respetiva alteração através da Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro). O estudo enfatizou que, se queremos uma educação inclusiva, com práticas que efetivamente respondam à diversidade que temos nas nossas escolas, precisamos ter modelos pedagógicos que nos levem a incorporar essas práticas de forma colaborativa.

‘Comportamento Superdotado e a importância de indicadores para profissionais da educação: uma experiência no Colégio Naval’, é um estudo apresentado por Wellana Paula da Conceição Peres, Thiago Correa Lacerda e Fernanda Serpa Cardoso, que teve por objeto de estudo o indivíduo com comportamento superdotado que apresenta algum tipo de inteligência acima da média, a partir da seleção realizada no Colégio Naval, cuja seleção para o curso apresenta provas de matemática com alto nível de dificuldade para a faixa etária, o

que sugere a possibilidade de participantes com comportamento superdotado lógico matemático.

Este trabalho, 'Docência e inclusão escolar de pessoas com deficiência: uma proposta didática para o curso Física Licenciatura', visou investigar as principais contribuições do desenvolvimento de atividades inclusivas, a partir dos princípios da Educação Especial, por meio de análises teóricas de diferentes produções científicas sobre inclusão, resultando em uma sistematização de atividades para um componente curricular do curso de Física Licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia apresentado pelos autores Marcela Costa Guedes, Ricardo Kagimura e Alessandra Riposati Arantes.

O texto 'Desafios ao processo de inclusão escolar no colégio militar de Curitiba: com a palavra os estudantes', das autoras Cheila Dionisio de Mello e Sueli de Fátima Fernandes, teve como propósito de conhecer e analisar as percepções iniciais dos estudantes do colégio militar de Curitiba em relação ao processo de inclusão. As autoras constataram a predominância do discurso e práticas meritocráticas na percepção dos estudantes como desafio para a efetivação de uma educação inclusiva para os estudantes público-alvo da educação especial.

Contribuindo ainda nesse eixo temático, o artigo, 'Tecnologias na Educação (Matemática) Especial e Inclusiva: Um Mapeamento Sistemático de Literatura com base na produção científica nacional e internacional', os autores Edvanilson Santos de Oliveira e Patrícia Sândalo Pereira, buscaram a partir do Mapeamento Sistemático de Literatura das pesquisas em nível de mestrado e doutorado, compreender como se dá o uso e/ou criação de tecnologias nos processos de ensino de Matemática no contexto da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, em âmbito nacional e internacional.

Junta-se ainda o texto, 'In(ex)clusão escolar e social de pessoas com deficiência intelectual em eventos e práticas de letramento no atendimento educacional especializado', resultado de uma pesquisa apresentada por Haveskill França Alves Rodrigues e Dorivaldo Alves Salustiano que analisou como eventos de letramento desenvolvidos com/por pessoas com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado constituem formas de inclusão ou exclusão escolar e social.

Carla Iolanda Gimenez de Carvalho e Telma Temoteo dos Santos, apresentaram como produto de uma pesquisa de levantamento e análise de artigos sobre os temas *Aedes*

*aegypti* e arboviroses, na modalidade Educação Especial e Inclusiva o artigo nomeado como ‘Educação inclusiva na educação e promoção em saúde: levantamento da produção acadêmica com foco no *Aedes aegypti* e arboviroses’. Os resultados apontam que há lacunas significativas na produção de pesquisas e ações para o público da educação especial, consistindo em sinal de alerta para os pesquisadores do campo da educação em saúde, não apenas na educação básica como no ensino superior.

Para finalizar esse eixo, tem-se ainda o artigo de Vitor Gomes e Hiran Pinel, nomeado como ‘O que é ser dois professores do atendimento educacional especializado a alunos com altas habilidades ou superdotação: compreensões e imersões’, que procura apresentar resultados sobre a presença de dois professores do Atendimento Educacional Especializado em Altas Habilidades ou Superdotação. Para tanto, utiliza a fenomenologia como método de pesquisa e seus instrumentos para coleta de dados foram o diário de campo e entrevistas.

#### **Eixo – Discussões e Práticas formativas de docentes na perspectiva da educação inclusiva**

Damos início ao eixo ‘Prática formativas de docentes na perspectiva da educação inclusiva com o artigo ‘Saberes, sabores e (dis)sabores da inclusão: a experiência de sensibilização para a construção de práticas pedagógicas acessíveis’ de autoria de Diolinda Franciele Winterhalter, Andrea Jessica Borges Monzón e Natália Branchi de Oliveira que retrata experiências vivenciadas no cenário da rede federal de ensino, em um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Revelou ações da equipe de educadores que têm dedicado seus esforços em divulgar informações, promover diálogos, capacitações e atividades que contribuam para romper com a invisibilização das barreiras e, por meio da sensibilização, colaborar para a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis e inclusivas nos diferentes níveis de ensino a que se destinam os institutos federais, seguindo a perspectiva da educação inclusiva.

Seguimos o debate com o texto ‘Percepções de egressos de um curso de especialização acerca da formação e atuação com alunos público-alvo da educação especial’ de autoria de Janaína Correia Vidal Ataíde e Munique Massaro que objetivou analisar as percepções de egressos de uma pós-graduação de nível lato sensu em Atendimento

Educacional Especializado sobre a formação e a atuação do professor do atendimento educacional especializado no processo de ensino-aprendizagem de alunos público-alvo da educação especial.

Já Francinne Gonzalez Andrioni e Carina Alexandra Rondini no artigo ‘Percurso da formação docente continuada em altas habilidades/superdotação na prática educativa: alcances e desafios’ analisaram os possíveis impactos da formação continuada em altas habilidades/superdotação, na prática educativa de professores do ensino regular e destacaram a ínfima presença dos alunos superdotados identificados nas escolas e a inexistência de salas de atendimento especializado ao superdotado.

Por seu turno, o texto ‘Formação inicial de professores de Educação Física numa perspectiva inclusiva: uma análise documental’ de autoria de Daniela Lima Bonfat e Maria das Graças Carvalho Silva de Sá evidencia as políticas públicas que subsidiaram o currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, com foco na análise da matriz curricular e dos projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito inclusivo e constatou que no âmbito da instituição investigada, ela segue as orientações legais relacionadas à formação de professores refere à temática, com ênfase nas dimensões vinculadas a criação de culturas inclusivas e a orquestração das práticas inclusivas.

As autoras, Marineiva Moro Campos de Oliveira e Solange Maria Alves, em seu texto intitulado como ‘PNAIC, o ensino inclusivo e as práticas de alfabetização’, teve como intenção analisar as implicações da formação do PNAIC nas práticas de alfabetização no ensino inclusivo em Xaxim/SC, sob o enfoque do método do materialismo histórico-dialético, através de uma análise documental sobre planos de ensino/aula e a observação do desenvolvimento de tais planos em sala de aula com a presença de criança com deficiência intelectual e segunda professora.

Para contribuir ainda mais nesse eixo temático, Viviane Nunes Sarmento, Neiza de Lourdes Frederico Fumes e Nagib José Mendes dos Santos, apresentam ‘A construção do pensamento e da linguagem de surdos na perspectiva vigotskiana’, suscitando reflexões acerca do processo da construção do pensamento e da linguagem em crianças surdas, bem como sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais nas escolas, a partir de um ensaio teórico, tomando como base a obra Vigotskiana *A construção do pensamento e da linguagem*.

Já no texto ‘Representações sociais de trabalho pedagógico por professores no Atendimento Educacional Especializado’, de Tania Mara Pereira Linhares de Oliveira, Rita de Cássia Pereira Lima e Helenice Maia Gonçalves, em seu escopo, teve como objetivo investigar representações sociais de trabalho pedagógico em Salas de Recursos Multifuncionais por professores do atendimento educacional especializado.

Mariangela Lima de Almeida, Damila Soares de Carvalho e Bárbara Rebecca Baumgartem França, em seu texto, ‘Inclusão escolar e formação continuada de profissionais da educação: as contribuições de Jürgen Habermas na constituição de espaço discursivo’, problematizam a constituição do currículo de formação continuada para profissionais da educação diante da inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial, a partir dos pressupostos da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas.

No texto ‘Entendimentos sobre o papel da formação continuada: com a palavra, professores do Atendimento Educacional Especializado’, Luciana de Jesus Botelho Sodrê dos Santos e Íris Maria Ribeiro Porto, propuseram apresentar um estudo sobre a concepção de professores do atendimento educacional especializado sobre o papel da formação continuada na sua prática pedagógica. Para tanto, foi realizada uma entrevista com 18 professores que atuam no atendimento educacional especializado pela rede municipal de educação de São Luís/MA.

Mariza Sueli de Oliveira Sodrê e Maria de Fátima Alves de Oliveira em seu texto, ‘Concepções prévias de professores da educação básica a respeito da educação inclusiva’, apresentam uma análise sobre as concepções prévias dos professores da educação básica em um curso de Extensão em Educação Inclusiva. Acreditam o quanto programas formativos podem diminuir as lacunas na formação dos professores, contribuindo para a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de ter ou não algum tipo de deficiência.

Para concluir esse eixo temático, Adelaide de Sousa Oliveira Neta e Camila Barreto Silva apresentaram uma experiência de formação docente junto a quatro professores iniciantes de Salas de Recursos Multifuncionais do Distrito de Educação I da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza no âmbito do Projeto *Intercâmbio entre Salas de*

*Recursos Multifuncionais*, no texto nomeado como ‘Formação de professores do Atendimento Educacional Especializado: um intercâmbio de saberes e práticas’.

Desta maneira, almejamos construir uma base sólida para a ampla compreensão e aprofundamento das diversas abordagens presentes em pesquisas recentes no contexto nacional. Por meio desta análise, buscamos identificar os progressos alcançados no âmbito da Educação Inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado, fomentando as práticas, a formação, bem como os desafios que ainda precisam ser enfrentados para tornar a acessibilidade uma realidade no ensino comum. Em outras palavras, este levantamento do conhecimento reflete tanto as conquistas já alcançadas quanto as batalhas a serem travadas na superação das barreiras e dos preconceitos que limitam as oportunidades das pessoas com deficiência de acessar o Ensino.

Ainda, desejamos expressar nossa gratidão a equipe Editorial da Revista Cocar, aos consultores ad hoc deste número, pelo valioso apoio às contribuições que mantêm viva a tradição de publicar artigos de grande relevância acadêmica. Também queremos estender nossos agradecimentos aos autores que gentilmente compartilharam seus textos para esta publicação. Esperamos, sinceramente, que nossa revista seja bem-recebida pelos leitores. Desejamos uma excelente interação com a leitura!

### **Referências**

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Ação pedagógica e Educação Especial: para além do AEE. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial. 6., 2011, São Carlos/SP. **Anais...**Nova Almeida/Serra: UFES, UFRGS, UFSCar, 2011, p.1-16. CD-ROM.

BORGES, Carline Santos. **Atendimento educacional especializado na escola comum como ação pedagógica favorecedora da educação inclusiva**. Curitiba: Appris, 2020.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 6 de julho de 2015.

ZIESMANN, C. I.; GUILHERME, A. A. Inclusão no Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: um estudo de caso. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 35, n. 110, p.

86–104, 2020. DOI: 10.21527/2179-1309.2020.110.86-104. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/9090>. Acesso em: 22 set. 2023.

## **Sobre os autores**

### **Carline Santos Borges**

Professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atua no Curso Licenciatura em Educação Especial. Doutora e mestra em Educação e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Estágio de doutoramento em Educação no exterior pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa/Portugal. Líder do Grupo de Pesquisa ‘Observatório em Educação Comparada, Inclusão e Direitos Sociais – ObECIDS’. E-mail: [carlinesborges@ufrj.br](mailto:carlinesborges@ufrj.br) . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3792-6021>

### **Cleusa Inês Ziesmann**

É professora na Universidade Federal da Fronteira Sul /campus Cerro Largo/RS e professora permanente do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPGPE) no Campus Erechim/RS. Doutora em Educação (PUCRS). Mestre em Educação nas Ciências (Unijui). Líder do grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial/Inclusiva - GEPEI da UFFS de Cerro Largo/RS. Atua na área de Educação, com ênfase em Educação Especial e Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado - AEE, Libras e Educação de Surdos, Formação de professores na perspectiva da inclusão (inicial e continuada). E-mail: [cleusa.ziesmann@uffs.edu.br](mailto:cleusa.ziesmann@uffs.edu.br) . Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7114-5432>

### **David Rodrigues**

Professor de Educação Especial, obteve o doutoramento na Universidade de Lisboa. Lecionou em universidades portuguesas e estrangeiras (Bélgica, Brasil e China) e cessou a sua carreira docente em 2015 como Professor Catedrático. Trabalhou em projetos internacionais para a UNESCO, UNICEF e Humanité & Inclusion sobre temáticas de Direitos Humanos e Inclusão Social e Educativa. É conferencista convidado em países da Europa, África, Ásia, América do Norte e do Sul. Publicou 32 livros e dezenas de artigos em revistas da especialidade. É fundador da ONG Pró-Inclusão, foi seu Presidente (2008-2020) e é diretor da Revista “Educação Inclusiva”. Recebeu em 2017 o “Prémio de Excelência de Liderança Internacional” pelo Council for Exceptional Children – DISES (EUA), em 2020 foi galardoado com a Medalha de Ouro dos Direitos Humanos pela Assembleia da República e em 2023 foi condecorado pelo Presidente da República como Grande Oficial da Ordem da Instrução Pública. É membro, desde 2015, do Conselho Nacional de Educação. E-mail: [dantonio.rodrigues@gmail.com](mailto:dantonio.rodrigues@gmail.com) . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5832-5049>